

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O RESULTADO DA IDEALIZAÇÃO MATERNAL E
A SAÚDE MENTAL DA MULHER

EDSON APARECIDO MENDONÇA PEREIRA
OARA MILAMETTO MENDONÇA PEREIRA
SIMONE REGINA ZAGO CONCATO

Sorocaba/SP
2023

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O RESULTADO DA IDEALIZAÇÃO MATERNAL E
A SAÚDE MENTAL DA MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Sociedade Brasileira de Psicanálise, como requisito parcial para a obtenção do título de Psicanalista.

Orientador(a): **Prof Marise Marcolan**

Sorocaba/SP
2023

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDSON APARECIDO MENDONÇA PEREIRA
OARA MILAMETTO MENDONÇA PEREIRA
SIMONE REGINA ZAGÓ CONCATO

**O RESULTADO DA IDEALIZAÇÃO MATERNA
E A SAÚDE MENTAL DA MULHER**

Avaliado em ____ / ____ / ____

Nota Final: () _____

Orientador: (Professor que deu o módulo)

Professor(a) Examinador(a)

Sorocaba/SP

2023

***Este trabalho é dedicado a você que o lê
e a você familiar ou amigo que
contribuiu muito em nossa caminhada.
Viva a saúde mental.***

***“Não vemos as coisas como elas são,
mas como nós somos”***

(Anaís Nin)

PEREIRA, Edson Aparecido Mendonça; PEREIRA, Oara Milametto Mendonça, CONCATO, Simone Regina Zago. O Resultado da Idealização Maternal e a Saúde Mental da Mulher. 2022. Trinta e Cinco Páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicanálise - SOBRAP Sociedade Brasileira de Psicanálise, 2023.

RESUMO

A pesquisa procurou abordar referente aos impactos da idealização da maternidade. Mesmo com tantas mudanças a mulher na sociedade, enfrenta a maternidade sempre voltada para um ideal de mãe perfeita inalcançável, a qual tende a evidenciar como os papéis de gênero na sociedade são colocados de maneira injusta, pois apoia-se no mito do amor materno incondicional. Traz um contexto do papel da mulher perante a maternidade, sobre quais são os impactos da maternidade na vida das mulheres? Novos conceitos abordados nos dias de hoje acerca da idealização na maternidade, podem ser disparadores de novos processos de subjetividade feminina, uma oportunidade de ruptura com instituído, uma desconstrução. Foi realizado uma pesquisa dos principais conceitos relacionados ao tema, como mulher, maternidade e mito do instinto materno, a importância da saúde mental. Uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, onde serão pesquisados livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados *Google Acadêmico* e *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, Portal de Pesquisa da Bvs (Biblioteca Virtual em Saúde).

Palavras-Chave: Maternidade. Saúde mental. Subjetividade feminina.

ABSTRACT

The research sought to address the impacts of the idealization of motherhood. Even with so many changes, women in society face motherhood always focused on an unattainable ideal of the perfect mother, which tends to show how gender roles in society are placed unfairly, as it is based on the myth of unconditional maternal love. Does it bring a context of the role of women in motherhood, what are the impacts of motherhood on women's lives? New concepts addressed nowadays about the idealization of motherhood can trigger new processes of female subjectivity, an opportunity to break with what has been established, a deconstruction. A survey of the main concepts related to the theme was carried out, such as women, motherhood and the myth of the maternal instinct, the importance of mental health. A qualitative and descriptive bibliographic review, where books, dissertations and scientific articles will be selected through a search in the following databases: Google Scholar and Scielo (Scientific Electronic Library Online), Bvs Research Portal (Virtual Health Library).

Keywords: Maternity. Mental health. Feminine subjectivity.

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	<i>American Psychiatric Association</i>
CEDAW	Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Discriminação contra a Mulher
DPP-M	Depressão Pós Parto Materna
DSM-V	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. CONCEITO DE MULHER/MATERNIDADE: Um breve Histórico.....	13
3. DESIGUALDADE DE GÊNERO IMPACTAM A MATERNIDADE E A SAÚDE MENTAL DA MULHER.....	18
3.1 SAÚDE MENTAL DA MULHER/MÃE.....	21
4. IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE E A SUBJETIVIDADE FEMININA.....	24
4.1 SUBJETIVIDADE DA MULHER.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos antigos, a maternidade é mencionada na vida das mulheres em diversas idades, classes sociais e raças. A estruturação social das meninas/mulheres engloba, nas mais amplas sugestões a gravidez a maternidade.

Frente a isso, esse trabalho se justifica por permitir a oportunidade de pensar nas possibilidades da desconstrução de dogmas impostos pela sociedade que perpassa de geração para geração causando culpabilização e frustrações na saúde mental da mulher, pois tratar da saúde mental materna, é compreender esse bem-estar nas gestantes e puérperas, que irão lidar com a maternidade por toda a vida. O contexto do papel da mulher perante a maternidade. Quais são os impactos da maternidade na vida das mulheres?

O objetivo da pesquisa foi em abordar os impactos da maternidade à subjetividade feminina. Este estudo se propôs em abordarmos a construção social histórica do conceito maternidade; explorarmos aspectos da desigualdade de gênero na construção da maternidade; e abordarmos sobre as implicações do instinto materno e a saúde mental da mulher. Portanto, foi imprescindível visualizarmos o conceito de construção social os significados distintos dos conceitos históricos, ressaltando as representações vivenciadas de experiência dolorosa, satisfatória, interessante ou importante para cada mulher em suas distintas culturas.

Para tanto, foi realizado um levantamento das referências bibliográficas acerca sobre a construção histórica e social em torno do mito da “maternidade”, esse procedimento permitiu a contextualização do tema, além de focar referente a forma que os autores discorrem sobre a da maternidade de forma diferente e saudável, respeitando a subjetividade e a história da mulher, em torno que contribuem no bem-estar da mulher. Na literatura frente autores, determinamos compreender também que fatores socioeconômicos interferem na idealização da maternidade, correlacionando a maternidade e a saúde mental da mulher.

Essa revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, foi pesquisada em livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados *Google Acadêmico* e *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, Portal de Pesquisa da Bvs (Biblioteca Virtual em Saúde), foram selecionados artigos

escritos em inglês, espanhol e português. O período dos artigos pesquisados serão os trabalhos publicados nos últimos 1998 a 2021. Palavras-Chave: Saúde mental. Maternidade. Subjetividade feminina.

Dividimos essa pesquisa em três capítulos, no qual abordamos as temáticas da construção histórica e social do conceito da maternidade, visualizando sobre as questões sobre a desigualdade de gênero impactam a maternidade. Compreendermos sobre os fatores socioeconômicos que interferem na idealização da maternidade, junto com mitos maternos e a saúde mental da mulher nos dias atuais frente a nossa sociedade.

2. CONCEITO DE MULHER/MATERNIDADE: um breve histórico

Neste capítulo buscamos discutir sobre a história e conceitos relacionados a maternidade e seu contexto psicológico na saúde mental da mulher, para compreendermos a importância do bem-estar das gestantes e puérperas (mulher que deu à luz há bem pouco tempo), que irão lidar com a maternidade por toda a vida, associando-se sua construção social com uma nova visão sob o papel materno, frente ao mito do instinto materno.

A mulher na história da sociedade no aspecto do conceito da maternidade, caracteriza-se como um fenômeno social, onde possui vários significados e simbologias (ARIÉS, 1986).

Do latim *mulier*, uma mulher é uma pessoa do sexo feminino. Termo que se utiliza em contraste a homem. Está vinculado à pessoa do sexo feminino que já tenha chegado à sua puberdade ou à idade adulta, com os padrões culturais, a partir da sua primeira menstruação. O corpo feminino diferente do corpo masculino, há os órgãos sexuais da mulher que fazem parte do seu sistema reprodutivo e também a capacidade de alimentar sua prole (amamentação), etc. (CONCEITO, 2012).

Na Grécia antiga a condição social e política da mulher se difere aos dos homens. O autor aborda que havia a crença a respeito da criação do mundo e do homem no qual era mínima a participação feminina, justificado tanto por pensamentos míticos quanto a filósofos da época. Como mitos de Pandora, que trazem a ideia que a origem humana não dependia da mulher, mas sim da própria terra. Pensamento que mostra que os gregos queriam negar a maternidade, e também a própria existência das mulheres. Para o filósofo Aristóteles a participação da mulher na geração de um filho era apenas secundária, limitando-se a alimentar o germe com seu sangue e a oferecer o corpo como lugar onde o homem deposita o germe. Os filósofos tematizavam a mulher ao longo dos séculos, onde demonstravam um desprezo ao ser feminino e à maternidade (GÓMEZ, 2000).

A construção hierárquica na maioria das sociedades, o homem enquanto ponto de referência, assim os “centrismos” que como o próprio termo induz trata-se de exageros em termos de ideias e comportamentos que geram fanatismos e divergências. Na época Medieval, foi marcado pelo poder da Igreja Católica e por uma

sociedade literalmente patriarcal, onde se observa a condição totalmente de submissão e reclusão feminina, reclusão esta, que se estendia da casa paterna ao seu próprio lar. A mulher medieval é aquela que está reclusa ao seu próprio lar principalmente para exercer a maternidade e as atividades domésticas (MENDES, 2014).

Badinter (1985, *apud* LEITE, 2022) identificou a desvalorização dada à maternidade em toda a Idade Média e mesmo na Antiguidade. O homem era percebido como superior à mulher e à criança, inerente a natureza humana, uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos. Sua função principal era procriar, de preferência, gerando meninos os quais daria continuidade ao nome da família. Se desse à luz a uma menina, mais uma vez, a culpa era da mulher. A submissão da mulher medieval era tamanha, que muitas chamavam seus maridos de “senhores”.

Na Idade Moderna, por volta do século XVIII, a mulher exercia uma outra função na sociedade: a de ama de leite, parteiras, tecelãs e confecções de artigos de pano. A família aristocrática era presente que constituía em agrupamento de várias pessoas como parentes, dependentes, criados. A esposa tinha a função ter filhos e organizar a vida social sem se preocupar com a criação das crianças (BARONI, CABRAL, CARVALHO, 2020).

Moura e Araújo (2004), abordam uma nova imagem da mulher e sua relação com a maternidade. Em 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o “amor materno”, como um valor ao mesmo tempo natural e social, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. No século XVIII marca uma transformação que afeta e condiciona nossos valores até hoje. Concepção analisada por Jean-Jacques Rousseau (filósofo genebrino, conhecido como um crítico da desigualdade e um defensor da liberdade), em 1762, onde a maternidade é um dever, ideias que prevaleceram por muito tempo, adentrando o século XX, quando este criticou as mães que enviavam os filhos para as amas-de-leite, o que era bastante comum até esta época. Ele recomendava, que as próprias mães amamentassem e criassem seus filhos e as recriminava por darem preferência a outros interesses. Que dá início à injunção obrigatória do amor materno. A vocação materna é natural, instintiva e obrigatória! (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

Na Europa o processo que modificou a intimidade e os sentimentos em relação à vida familiar acompanhou a constituição dos Estados modernos, a partir das revoluções liberais, no Brasil seguiu a passagem do território da condição de colônia a nação, incluindo assuntos em relação à maternidade e aos cuidados maternos, intensas modificações ocorridas pela ascensão burguesa no final do século XVIII. Com a vinda da família Real e de toda corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, promoveu-se novos hábitos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à criança, valorizando a família amorosa, novos valores (MOURA; ARAUJO, 2004).

Com a Revolução Industrial a família passou de aldeã para a privacidade isolada, que gerou muitas literaturas sobre a importância do fortalecimento das famílias, e produzindo a normatização social e familiar. E, foi nesse momento que o amor materno foi considerado natural nas mulheres, que passaram a ter que ensiná-los para um lugar responsável na sociedade, deslocando aos poucos da autoridade paterna ao amor materno. Assim, nasce o mito do amor materno em discursos médicos, religiosos e políticos para mostrar uma realidade de interesse econômico. Com o objetivo de reduzir a taxa de mortalidade infantil e de crianças abandonadas e entregues às amas de leite, para aumentar a produtividade e satisfazer os ideais de uma economia regida pelo modo de produção capitalista e sob o domínio da família burguesa. Mito que atuou como organizador da sociedade e, de forma a possibilitar através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mães (LEITE, 2022).

No século XX, desenhou-se uma nova imagem referente a mulher e sua relação com a maternidade, segundo a qual o bebê e a criança transformaram-se nos privilegiados da atenção materna (AGRANTHI, 1998).

A devoção e presença surgem como valores essenciais, a ampliação das responsabilidades maternas. A mulher assumiu além da função nutricia, a de educadora. Assim, novas responsabilidades da materna conferiam-lhe um novo *status* na família e na sociedade (MOURA; ARAUJO, 2004).

À medida, porém, que as responsabilidades aumentaram, cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em *prol* dos filhos e da família, a mulher se encontra em conflito com o mito do amor materno. Pois permeia todo o

imaginário social e coletivo, e contrasta com os outros domínios que a mulher veio a conquistar. Frente ao contexto das duas grandes guerras mundiais também favoreceu para o acesso da mulher ao mercado de trabalho, uma vez que quando os homens iam para as frentes de batalha, as mulheres assumiam os negócios da família. Transição de tradicional em que a mulher era definida como essencialmente e exclusivamente como mãe, para um modelo moderno de maternidade, em que a mulher emerge com a consolidação da sociedade industrial, com crescente acesso da mulher à educação e, seu efetivo ingresso no mercado de trabalho, mesmo no lar ainda tivesse força hegemônica (LEITE, 2022).

Duas vertentes no século XX, onde a mulheres exigiam o seu direito à cidadania, e a outra vertente onde as mulheres mais incisivas que reivindicavam sua ampliação na vida pública, a luta pela liberdade e igualdade de gênero com a maternidade fora de ser o destino feminino. A partir deste movimento que se iniciou a darem prioridade às suas ambições pessoais ao invés de escolherem apenas uma vida com filhos. Com os avanços tecnológicos, destacamos a descoberta de anticoncepcionais e a disseminação de técnicas contraceptivas também no final do século permitiram que as mulheres se tornassem responsáveis por sua fecundidade e fertilidade (LEITE, 2022).

Um dos elementos que viabilizou a escolha da maternidade foi, sem dúvida, a contracepção moderna, contracepção medicalização, especialmente da pílula contraceptiva, que as mulheres tiveram acesso a uma das principais chaves para a livre e gratuita escolha da maternidade, com a possibilidade de um controle eficaz e socialmente aceito da fecundidade (SCAVONE, 2001).

A grande quantidade de atividades exercidas pela mulher desencadeou um fator de liberdade relevante, expondo-a fatores de risco, mesmo o trabalho remunerado possibilitou o desenvolvimento da autonomia e, como consequência, sua maior participação no consumo de bens e de serviços. Mas por outra perspectiva, o acúmulo de atividades desencadeou a vulnerabilidade de sua saúde, de forma mais expressiva, na saúde mental (DINIZ, 2004).

A mulheres no mercado de trabalho independentemente de sua condição socioeconômica, a "boa" mãe, que sobrepõe a família a qualquer outra atividade, e a profissional, competente e independente, vive uma alta cobrança, o acúmulo de

atividades que representa riscos à saúde física e mental (ROCHA-COUTINHO, 2003).

A reflexão referente a construção da maternidade levando em conta suas diversas modificações ao longo da história, mostrou a complexidades por detrás das escolhas femininas, sendo importante reforçar o direito de escolha da mulher sobre a maternidade, ou sobre a escolha de não ser mãe coloca em pauta a consideração pelo desejo feminino e as diferentes possibilidades de realização.

3. DESIGUALDADE DE GÊNERO IMPACTAM A MATERNIDADE E A SAÚDE MENTAL DA MULHER

A desigualdade de gênero se constitui como uma das principais problemáticas sociais discutidas na atualidade. O termo “gênero” é utilizado para caracterizar as relações sociais entre os sexos, indicando as construções sociais acerca dos papéis inerentes aos homens e às mulheres, buscando desvendar a distinção entre a prática sexual e os papéis sociais. Trata-se de colocar “a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p.7).

Evidencia como mais uma vez é requerido esforços e um cuidado unicamente da mãe frente ao processo da maternagem (GIDDENS, 2001, p.306).

Os homens raramente se prestam a partilhar todas as responsabilidades do trabalho doméstico e da educação dos filhos. Embora hoje em dia muitas mais mulheres estejam a organizar as suas vidas domésticas de forma a prosseguirem uma carreira, existem ainda grandes obstáculos no seu caminho. Atribuem às mulheres maiores responsabilidades pelo cuidado dos filhos e a manutenção doméstica, a atividade das mulheres no mercado de trabalho (DEGRAFF E ANKER, 2004).

Dessa forma, ao associar gênero e mercado de trabalho é relevante compreender que as relações de gênero desempenham um papel na estratificação de tal mercado. Incluir a perspectiva de gênero acerca do trabalho auxilia no conhecimento das características do funcionamento das organizações (OIT, 2010; CAPPELLE; MELO; SOUZA, 2013).

As mulheres do Brasil, são a maioria da população e uma grande parte é responsável pelo sustento da família, traz uma realidade repleta de desafios, ao tentar conciliar vida pessoal, profissional, com o papel de mãe – maternidade. Mas ainda encontra vários obstáculos no mercado, a desigualdade de gênero, a qual é usada como justificativa para a violência, a falta de representatividade nos espaços e as diferenças salariais. No mercado tradicional brasileiro, as mulheres ganham menos do que os homens, e tem maior exposição ao risco do desemprego, segregação ocupacional e rendimentos inferiores (MICHEL; NUNES, 2022).

DeGraff e Anker (2004) incluem ainda a participação diferenciada na força de trabalho e o assédio sexual. Há também a submissão dos papéis femininos aos masculinos, a desigualdade de oportunidades na carreira e a sobrecarga da mulher ao associar as atividades do lar com as profissionais.

Diante destas circunstâncias, a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2010) destacou a importância das políticas de promoção da igualdade de gênero no universo do trabalho, as quais apresentam alguns objetivos principais, como: o crescimento dos índices de ocupação das mulheres, a redução das taxas de informalidade, o alargamento das oportunidades de formação e promoção, melhoria das condições do emprego e a diminuição das desigualdades de rendimento em comparação aos homens. Apesar da luta de mulheres contra a desigualdade de gênero e do reconhecimento legal da autonomia e reprodutiva da mulher, são limitados. Grande parte das mulheres não conseguem exercer a sua autonomia reprodutiva pela falta de políticas adequadas e integrais de planejamento familiar, uma grande interferência do Estado e também das igrejas, na vida da mulher (MATTAR; DINIZ, 2012).

Também enfrentam, ser mãe dificulta de forma persistente a procura por emprego e a progressão na carreira, além de impactar negativamente os salários. Além disso, a maternidade diminui a probabilidade de a mulher atingir cargos de gerência e chefia. A percepção destas mulheres está diretamente ligada à realidade. Dentre as mais de 4,5 milhões de empresas que existem no Brasil atualmente, apenas uma parcela muito pequena conta com ações efetivas para reter mães no seu quadro de funcionários. A maternidade é o período da vida da mulher onde as diferenças de gênero e desigualdades ficam mais evidentes, é o momento em que culminam todas as justificativas androcêntricas que associam o sexo feminino à menor produtividade por conta do seu papel de mãe (CAMARGO; MONTIBELER, 2008).

Mattar e Diniz (2012 *apud* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU MULHERES BRASIL 2017) argumenta que a igualdade de gênero significa que tanto homens quanto mulheres terão seus comportamentos, desejos e necessidades respeitados, valorizados e contemplados equitativamente. Isso não sugere que homens e mulheres têm que se tornar idênticos, mas que o gênero de forma alguma defina seus direitos, oportunidades e responsabilidades.

Adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral da ONU em 1979, fundamenta-se na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade, já que a discriminação significa sempre desigualdade, no caso, de gênero (PIOVESAN, 2003b).

A Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, aos direitos humanos das mulheres, finalmente, o entendimento de que as mulheres são sujeitos de direito, e criado a obrigação legal dos Estados-partes de respeitar, proteger e implementar seus direitos, não é por outra razão, que o artigo 16(e) da CEDAW é uma formulação incipiente do que futuramente se tornariam os direitos reprodutivos, conceitualmente desenvolvidos e aprimorados nas conferências internacionais da ONU realizadas nos anos seguintes (PIOVESAN, 2003b).

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas - CIPD, realizada no Cairo, Egito, reuniu 179 países, em 1994, definiram no parágrafo 7.3 do Programa de Ação de Cairo, os direitos reprodutivos como sendo aqueles que (BRASIL, 2007, p.105):

[...] se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos.

O resultado da Conferência foi um Plano de Ação de compromissos comuns para melhorar a vida de todas as pessoas por meio da programação dos direitos humanos e da dignidade, apoio ao planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e direitos, promoção da igualdade de gênero, promoção da igualdade de acesso à educação para as meninas, eliminação da violência contra as mulheres.

Segundo Diniz (2000), aborda a maternidade que não é mera responsabilidade da mulher, mas do casal, da família e da sociedade. Seja através das diferenças salariais ou da maneira com que é exigido a participação somente da mãe na vida da criança, torna-se explícito o quanto ainda existem disparidades entre os gêneros.

3.1 SAÚDE MENTAL DA MULHER/MÃE

Saúde Mental, é o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional, que pode incluir a capacidade de cada indivíduo de apreciar a vida e procurar o equilíbrio entre as atividades e esforços para conseguir a resiliência psicológica, muitas pessoas associam a saúde mental com doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, onde todos têm limites e que não se pode ser tudo para todos. Então, a saúde mental, é o conjunto de recursos que temos para lidar com estressores, com sobrecarga de trabalho, perdas de pessoas queridas, problemas financeiros. O relacionarmos bem com uns com outros, com o foco de gerar uma comunidade mais sadia, para fazer escolhas, desde as mais simples até as mais complexas com perspectivas de futuro (FIOCRUZ, 2019).

A palavra saúde e *salud* (espanhol) derivam de uma mesma raiz etimológica. No latim, atributo principal dos inteiros, intactos, íntegros, o autor REY (1993), também provém do termo grego *holos*, sentido de totalidade, raiz dos termos holismo, holístico, que foi incorporado ao latim clássico através da transição *s'olos*.

Em 1946, a Organização Mundial da Saúde – OMS definiu saúde como o estado de completa saúde física, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Uma visão ampliada da saúde para incluir os aspectos que podem determinar o nível de saúde mental de uma pessoa (ALMG, 2016).

Prenoveau *et al.* (2013) aborda sobre o nascimento, que está associado as emoções positivas, as mulheres podem vivenciar períodos estressantes, que é um fator associado a depressão.

Segundo o DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), Campos e Rodrigues (2015), visualizam que geralmente começa durante a gravidez as primeiras quatro semanas após o parto. O transtorno tem alta probabilidade de comorbidade com estresse, ansiedade e sintomas obsessivo compulsivos, baixa incidência de suicídio e resposta lenta à medicação, sendo recomendada a combinação de mais de uma medicação.

No entanto, a quantidade de atividade que as mulheres realizam desencadeia um fator livre que as tornam mais vulneráveis à saúde mental. O acúmulo de atividade devido a estereótipos e papéis da mulher (COUTO-OLIVEIRA, 2007).

São várias transformações na vida da mulher após a gestação, além de questões familiares, financeiras e profissional, precisam encarar as mudanças físicas, o que gera insatisfação com o próprio corpo e uma sensação de fracasso, onde o autocuidado é deixado em último lugar (SILVA, *et al.* 2020).

Este período de transição é o maior momento de sensibilidade e vulnerabilidade, recorrente a ansiedade e depressão. Como depressão pós-parto, período que a mulher passa por emoções intensas e mudanças significativas, como instabilidade do humor, sentimentos de tristeza, instabilidade emocional, choro, irritabilidade e cansaço, segundo DSM-V (APA, 2014, p.186).

[...] 50% dos episódios depressivos maiores no “pós-parto” começam antes do parto. Assim, esses episódios são designados coletivamente como episódios no periparto. As mulheres com episódios depressivos maiores no periparto com frequência têm ansiedade grave e até mesmo ataques de pânico. Estudos prospectivos demonstraram que os sintomas de humor e ansiedade durante a gravidez, bem como *baby blues*, aumentam o risco de um episódio depressivo maior no pós-parto.

Pode ser chamada também de transtorno depressivo pós parto materna – DPP-M, ocorre nas quatro primeiras semanas após o parto, tem início durante a gestação.

Rapoport e Piccinini (2018) mostram que a mulher passa de uma posição de ser cuidada para uma posição de cuidadora, a responsabilidade de alimentar, vestir, limpar e atender à todas demandas de um recém-nascido. Apontam também que em nossa sociedade, a cobrança dos cuidados ao bebê a mulher deve aceitar de bom grado devido a gratificação de ser mãe.

Importante compreender os sentimentos de culpa e negação, que podem gera frustrações e, por sua vez, prejudicar a saúde mental da mulher, considerar as questões relacionadas a mulheres que não desejam ser mães, César *et al.* (2019) aponta que mudanças na sociedade, como uso do anticoncepcional, o mercado de trabalho e a conquista de independência econômica, abrindo espaço para diferentes experiências, um panorama de novas formas de subjetividade feminina, que as auxiliam a decisões sobre adiar ou recusar a maternidade.

Monteiro e Andrade (2018) destacam a importância da procura por ajuda psicológica para o acolhimento, espaços de escuta e apoio a liberdade de atuação, para que as mulheres não se ancorem às pressões sociais que podem leva-las ao

sofrimento, traze-las a reflexão desmitificando que está trajetória esteja isenta de medos. Assuntos que estão relacionados a discussões necessárias para considerar as escolhas da mulher mãe e a mulher não mãe. Para assim, vivenciar a maternidade de forma saudável, respeitando a subjetividade de cada mulher (SANTOS, 2021).

Dessa forma, mostra-se necessário destacarmos a escassez de estudos que correlacionam múltiplos fatores da saúde mental da mulher, que impactam no acesso às informações e reflexões, discussões construtivas acerca da subjetividade da mulher a fim de promover a sua saúde mental.

4. IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE E A SUBJETIVIDADE FEMININA

Ferreira (1986, p.508), "cultura é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade." É o modo como as pessoas se comportam e expressam seus valores, suas crenças e seus saberes. Se refere aos modos de vida de qualquer sociedade, onde costumes de conduta, comportamentos e formas de pensar são compartilhados e transmitidos de uma geração para outra.

A mulher passou por muitas lutas, transformações e conquistas pela sua libertação pessoal e profissional, o significado do seu corpo e da subjetividade feminina também acompanhou o processo de transformações sociais e históricas. Mas devido à quebra de *tabus*, a desigualdade ainda chama a mulher para a luta, por outro, uma conquista alcançada: o rompimento das correntes que a aprisionavam à maternidade, pela criação dos métodos anticoncepcionais, ou seja, o esfacelamento do laço, aparentemente indissociável, entre maternidade e destino (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Segundo Sarti (2008), isso introduziu na família a escolha e possibilitou à mulher manipular seu tempo e sua dependência em relação ao homem. Independentemente dos valores na vida socialmente compartilhada, a voz lhe foi dada, o sim e o não para a maternidade tornaram-se opções a definir caminhos de vida com seus desejos mais íntimos.

Autores propõem o desmonte de pensamentos que visava a idealização de que a mulher se realizava na maternidade, evidenciando que há muito tempo, as mulheres estão vivendo apenas um mito, que caminha aos diversos contextos culturais, sociais, econômicos e políticos. Consoante a isso, mostra a importância da compreensão referente às histórias das mulheres, dos papéis de gênero, da divisão sexual e do trabalho. Nesse sentido, compreendemos a idealização da maternidade como fruto de um conjunto de realidades em que coexistem elementos reais e da fantasia (VENÂNCIO, 2002; BADINTER, 2011). Destacam a necessidade de discussões sobre os impactos da maternidade e da escolha em ser ou não ser mãe na vida da mulher.

A luta pela livre escolha da maternidade, como a contracepção livre e gratuita e a legalização do aborto, definia a mulher pela maternidade. Os direitos sexuais e

reprodutivos foram considerados fundamentais para libertar a mulher do lugar que ocupavam na vida privada, sendo, condição de liberdade e igualdade sociais. A Lei nº. 9263/96, § 7º do art. 226 da Constituição Federal regulamenta o Planejamento Familiar, trata da assistência à concepção e contracepção, sendo oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos, garantindo a liberdade de opção. A autora aponta que, a pílula contraceptiva as mulheres tiveram acesso a possibilidade de um controle, a esterilização se tornou a solução para opção da não-maternidade, uma recusa da maternidade para a possibilidade de escolha e outras formas de realização pessoal, como a vida profissional e novas adequações da vida familiar (SCAVONE, 2001a; BRASIL, 1996).

Manifestações idealistas potencializam os sofrimentos psíquicos em mulheres que não se identificam pertencentes ao padrão social imposto, começou a explorar a perspectiva de priorizar sua carreira e sua realização pessoal, segundo Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) abordam que as mulheres que trabalham na promoção da carreira muitas vezes não querem interrompê-la por causa da maternidade, porque uma carreira e os cuidados envolvidos na criação de um filho, especialmente nos primeiros anos de vida de uma criança exigem dedicação quase total.

Dessa forma, a maternidade acaba sendo adiada. A maternidade deixou de ocupar o papel principal na vida de muitas mulheres para dar espaço aos objetivos diferentes ao de tornar-se mãe.

Mas a escolha pela maternidade, ainda é condenada pela sociedade, os autores visualizam o mascaramento social na obrigatoriedade da maternidade. A maternidade, a partir do estilo de vida da mulher que não cumpre os comportamentais socialmente esperados, apresentam-se como barreira para que possam exercer os seus direitos, tanto como mulher quanto como mãe ao restringir a liberdade de escolha sobre a reprodução (MATTAR; DINIZ, 2012).

4.1 SUBJETIVIDADE DA MULHER

Rolnik (1997) foca que a subjetividade é o perfil de um modelo de ser, de pensar, de agir, de sonhar, de ama etc., é o resultado da interação da pessoa com as influências socioculturais, sendo modelada com os comportamentos, com os valores

e com os sistemas econômicos e políticos de cada sociedade, no processo da construção da subjetividade (BORIS; CESÍDIO, 2007).

A teoria da subjetividade de González Rey (2003, 2005) (psicólogo, acadêmico e educador cubano, cujo legado intelectual oferece uma nova, complexa e influente compreensão da subjetividade a partir de uma perspectiva cultural-histórica, radicado no Brasil), em coerência com o trabalho de Vygotsky (1989), o ser humano não possui uma natureza humana, mas se faz humano nos processos social, histórico e a partir de suas condições concretas. A subjetividade é resultado da interação do indivíduo com as influências socioculturais, sendo modelada de acordo com os comportamentos, com os valores e com os sistemas econômicos e políticos de cada sociedade.

A subjetividade para González Rey (2002, p.25) é:

A subjetividade é da ordem do constituído, mas representa uma forma de constituição que, por sua vez, é permanentemente reconstituída pelas ações dos sujeitos dentro dos diversos cenários sociais em que atuam.

Podemos perceber que os diferentes espaços sociais em que o indivíduo está inserido contribuem para a formação da subjetividade, não os determinando, mas participando de sua formação, que estão em constante movimento. Diante disso, a mulher também pode transformar o contexto em que está inserida, tendo no diálogo um importante elemento nos processos de sua configuração subjetiva (GONZÁLES REY, 2002).

Constitui sua subjetividade a partir de elementos individuais como também a partir dos que lhe são passados no social, mas que encontra nela um indivíduo reflexivo capaz de modifica-los. Como a publicidade usa a subjetividade, a fim de provocar identificações com os produtos oferecidos no mercado, vendendo sonhos, desejos, fantasias e atitudes, Fischer (2001), aborda que os meios de comunicação, conseguem captar o receptor em sua intimidade, produzindo nele, a possibilidade de se reconhecer, assim a subjetividade também é construída a partir do que é transmitido pelos meios de comunicação de massa, fazendo com que, em foco as mulheres, elas construam suas “verdades”, através do que as toca e com o que se identificam.

Ronilk (1997, p.20) afirma que, com a globalização da economia e os avanços tecnológicos, isto é, através da integração econômica do mundo e com modelos eficazes de atingir o público, com a mídia intensifica a mistura das culturas e difunde formas particulares e únicas de ser, independentemente de contexto geográfico, cultural etc. Onde as identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis, que mudam com velocidade. A mulher assim, assume se adapta ao mercado globalizado, adquirindo novos hábitos, novos valores, novas posturas, etc.

O feminismo como movimento que defendia a igualdade de direitos e de "status" entre homens e mulheres, ganhou força nos séculos XIX e XX, movimento que encorajou as mulheres a denunciar em que eram mantidas e que se manifestava em todas as esferas da vida: familiar, social, jurídica, política, econômica, educacional etc. O acesso das mulheres ao campo educacional vem se fortalecendo, as quais possuem nível de instrução mais elevado do que os homens. A área profissional se tornou o foco central, representando uma realização pessoal, pois é um espaço construído individualmente, no qual sentem-se valorizadas como pessoas. Ao mesmo tempo em que avança no ambiente profissional, observa-se uma diminuição da hierarquia conjugal pois, ao participar do sustento do lar, a mulher deixa de ser subordinada ao esposo/provedor, nesse contexto a importância da educação com forma de atenuar a desigualdade de responsabilidade entre homens e mulheres no cuidado com os filhos. Trazendo assim, novos sentidos e constituindo-se a partir deles as questões de gênero e a maternidade, sendo que não podem ser separadas de questões sociais e significações e ressignificações no plano individual. As representações sociais do que é ser mulher e mãe são colocadas para os indivíduos pelas diversas vias da subjetividade social, mas também são objeto de reflexão por parte do indivíduo (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Os avanços da medicina permitiram que a mulher adie a maternidade de forma segura, ou defina o melhor momento pra se tornar mãe, flexibilizando assim as barreiras da idade. Mas ainda, dificuldades encontram-se presentes em mulheres que já alcançaram níveis mais *seniors*, sendo a desigualdade de gênero uma constante em suas trajetórias profissionais (MICHEL; NUNES, 2022)

A mulher pode ocupar na sociedade o papel que lhe interessa, sendo admirada por isso, o conhecer seu corpo e sua sexualidade para o seu prazer, sem que isso esteja obrigatoriamente ligado ao casamento ou à procriação (FARINHA E SCORSOLINI-COMIN, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica neste estudo, identifica-se que a maternidade ainda está voltada em um mito que contempla concepção de amor incondicional e a ideia da maternidade como felicidade e realização feminina.

A pesquisa permitiu resgatar as dimensões históricas, políticas e sociais no contexto da problemática da mulher perante a maternidade nos dias de hoje. Evidencia-se que as situações socioeconômicas, construções de gênero, classe, raça/etnia influenciam as mulheres acerca da maternidade ou não maternidade.

Desse modo, analisa-se que a maternidade não pode ser idealizada nem tão pouco exigida pela sociedade na vida das mulheres, pois nem todas as mulheres optam pela maternidade. Foi imprescindível apresentar algumas considerações relevantes levantadas ao longo da pesquisa sobre a importância de novas abordagens de aspectos implicados aos impactos da maternidade à subjetividade feminina, até para suscitar importantes reflexões que podem ser trabalhadas em estudos posteriores.

Assim, oportuniza-se a importância de ações sociais voltadas sobre o assunto relacionado a maternidade de forma saudável e também em relação a uma discussão necessária que perpassam sobre as escolhas da mulher mãe e a mulher não mãe.

REFERÊNCIAS

ALGRANTHI, L.M. Famílias e Vida Doméstica In: Novais, F.A. (coordenador-geral); Mello e Souza, L. (org.). História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Vol. I. São Paulo: **Companhia das Letras**, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/>. Acesso em 16 de maio 2022.

ALMG. **Saúde Mental**. Encontro Internacional Direito a Saúde, Cobertura Universal e Integralidade Possível. 2016. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organizadores.pdf. Acesso em: 05 de out. 2022.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. *American Psychiatric Association*; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... *et al.*; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em: 22 de abr. 2022.

ÁVILA, A. A.; VIEIRA, C.A.L. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: Refletindo sobre o processo de maternagem. **Revista Gênero**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31306>. Acesso em: 20 de abr. 2022.

AZEVEDO, K.R; ARRAIS, A.R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicol. Reflex. Crit.** 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/GS9STNVGFxTFh3qTFZJYv4Q/?lang=pt>. Acesso em: 06 de set. 2022.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em: 09 de set. 2022.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24648/1/TCC%20-%20Christiane%2C%20K%C3%A1ssia%20e%20Natasha.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

BARONI, A.; CABRAL, F.K.B.; CARVALHO, L.R. **Uma análise da história da mulher na sociedade.** Direito Familiar. 2020. Disponível em: <https://direitofamiliar.com.br/uma-analise-da-historia-da-mulher-na-sociedade/>. Acesso em: 06 de set. 2022.

BRASIL. Código Penal. **Decreto Lei 2848/40.** Brasília. 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625040/artigo-123-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 09 de set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9263 de 12 de janeiro de 1996.** § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.263%2C%20DE%2012%20DE%20JANEIRO%20DE%201996.&text=Regula%20o%20C%C2%A7%207%C2%BA%20do,penalidades%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=DO%20PLANEJAMENTO%20FAMILIAR-,Art.,observado%20o%20disposto%20nesta%20Lei. Acesso em: 10 de out. 2022.

BRASIL. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento** – Conferência do Cairo, nº105, UNFPA, Brasil. 2007. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%Aancia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%Aancia-do>. Acesso em: 02 de out. 2022.

BORIS, G.D.J.B.; CESÍDIO, M.H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade.** Pepsic. Vol7, nº2 Fortaleza. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acesso em: 02 de out. 2022.

CAMARGO, A.B.B; MONTIBELER, D.P.S. Carreira *versus* Maternidade: regulando a desigualdade no mercado de trabalho. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing.** 2008. Disponível em: <https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2022/01/2-Carreira-versus-Maternidade-Regulando-a-desigualdade-no-mercado-de-trabalho.pdf>. Acesso em: 05 de out. 2022.

CAMPOS, B.C.; RODRIGUES, O.M.P.R. Depressão pós-parto materna: crenças, práticas de cuidado e estimulação de bebês no primeiro ano de vida. **Psico,** Porto Alegre, v. 46, n. 4. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-53712015000400009. Acesso em: 25 de abr. 2022.

CAPPELLE, M.C.A.; MELO, M.C.O.L.; SOUZA, N.L. Mulheres, trabalho e administração. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social,** v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45443/mulheres--trabalho-e-administracao>. Acesso em: 10 de out. 2022.

CESAR, R. C. B.; LOURES, A. F.; ANDRADE, B. B. S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, v.10, n.2Sup, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24648/1/TCC%20-%20Christiane%2C%20K%C3%A1ssia%20e%20Natasha.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

CONCEITO. **Mulher.** 2012. Disponível em: <https://conceito.de/mulher#:~:text=Do%20latim%20mul%C4%ADer%2C%20uma%20mulher,puberdade%20ou%20%C3%A0%20idade%20adulta..> Acesso em: 08 de set. 2022.

COUTO-OLIVEIRA, V. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** Brasília, DF. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

DINIZ, G. **Mulher, trabalho e saúde mental.** In: W. CODO, O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis, Vozes, 2004. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em: 09 de set. 2022.

DEGRAFF, D.; ANKER, R. **Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres.** Séries Demográficas, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/series/article/view/62/60>. Acesso em: 05 de out. 2022.

DSM-V: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental.** *American Psychiatric Association*; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... [et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

FARINHA, A.J.Q.; SCORSOLINI-COMIN, F. Relações entre não maternidade e sexualidade feminina: revisão integrativa da literatura científica. **Revista de Psicologia da IMED.** Volume nº10, Nº 1, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12270216002/html/>. Acesso em: 02 de nov. 2022.

FIOCRUZ. Cuide da sua mente. **Saúde mental: entenda o que é.** Rio de Janeiro: RJ. 2019. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/viver-melhor/noticias/2019/05/saude-mental-entenda-o-que-e>. Acesso em: 05 de out. 2022.

GONZÁLEZ REY, F.L. O enfoque histórico-cultural e seu sentido para a psicologia clínica: uma reflexão. In A. M. Bock, M. d. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.** 2a ed. São Paulo: Cortez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/dZJhFMBsrcLmwjq46nP9CBd/?lang=pt#:~:text=Em%20>

outras%20palavras%2C%20a%20mulher, constituindo%2Dse%20a%20partir%20del es. Acesso em: 20 de abr. 2022.

LIMA, D.S.F.; SANTOS, M.D.A.; BARBOSA, P.L.F. **Os impactos da idealização da maternidade na saúde mental da mulher contemporânea.** Centro Universitário UMA. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em 15 de maio 2022.

MATTAR, L.D; DINIZ, C.S.G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface.** Botucatu. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XqxCrSPzLQSyJjsFQMdwjb/?lang=pt#:~:text=Quanto%20maior%20o%20n%C3%BAmero%20de,exerc%C3%ADcio%20de%20seus%20direitos%20humanos..> Acesso em: 05 de out. 2022.

MICHEL, K.D.; NUNES, M.P. **Mães gestoras:** uma análise da influência da maternidade da vida profissional das líderes. Espacio Abierto, vol. 31, nº1 Universidad Del Zulia. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12270216002/html/>. Acesso em: 02 de out. 2022.

MOURA, S.M.S.R.; ARAUJO, M.F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.** vol.24, n.1 [online]. 2004. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDADE....pdf>. Acesso em 15 de maio 2022.

NASCIMENTO. D.R.S. O ser mulher: da construção histórica de gênero até a concepção cultural e biopsicossocial da maternidade. **Rev. Científica Cognitionis.** 2020. Disponível em: <https://unilogos.org/revista/wp-content/uploads/2020/03/O-SER-MULHER-DA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-HIST%C3%93RICA-DE-G%C3%8ANERO-AT%C3%89-A-CONCEP%C3%87%C3%83O-CULTURAL-E-BIOPSISSOCIAL-DA-MATERNIDADE.pdf>. Acesso em: 09 de set. 2022.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho:** avanços e desafios. Brasília, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187629/TCC Beatriz Miranda Sommer 2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187629/TCC%20Beatriz%20Miranda%20Sommer%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 de out. 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Saúde Mental.** 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506021>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

ONU MULHERES BRASIL. **Princípios de empoderamento das mulheres. 2017.** Elaborado por ONU Mulheres Brasil; Rede Brasil do Pacto Global. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha ONU Mulheres Nov2017 digital.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha%20ONU%20Mulheres%20Nov2017%20digital.pdf). Acesso em: 10 de out. 2022.

PLAN. Internacional. **Brasil está longe de alcançar metas de igualdade de gênero para 2030**. 2022. Disponível em: <https://plan.org.br/noticias/brasil-esta-longe-de-alcançar-metas-de-igualdade-de-genero-para-2030/>. Acesso em: 05 de out. 2022.

PRENOVEAU, J.; CRASKE, M.; COUNSELL, N.; WEST, V.; DAVIES, B.; COOPER, P. & STEIN, A. GAD pós-parto é um risco fator para TDM pós-parto: o curso e as relações longitudinais de TAG e TDM pós-parto. **Depressão e ansiedade**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17238/1/TCC%20-%20IMPACTOS%20DA%20IDEALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20MATERNIDA DE....pdf>. Acesso em 22 de abr. 2022.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C.A. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF**. v. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24648/1/TCC%20-%20Christiane%2C%20K%C3%A1ssia%20e%20Natasha.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

ROCHA-COUTINHO, M.L. Quando o executivo é uma "dama": A mulher, a carreira e as relações familiares. In: T. FERES-CARNEIRO (org.), **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. RJ/SP, PUC-Rio/Loyola. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4235083&pid=S1983-3482201200010000600012&lng=pt. Acesso em: 09 de set. 2022.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In A. R. ACOSTA & M. A. F. VITALE (Org.), **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300011. Acesso em: 05 de out. 2022.

SCAVONI, L. Maternidade: transformação na família e nas relações de gênero. **Interface Comunic. Saúde, Educ**, Botucatu. 2001b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?lang=pt>. Acesso em: 15 de maio 2022.

SCOTT, J.W. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7172>. Acesso em: 10 de out. 2022.

SILVA, C.F.M.; OLIVEIRA, C.F.S.; BARROS, C.M.D.L. **A dicotomia do ser: De mulher à mãe - As possíveis mudanças a partir da maternidade, do Curso de Psicologia da FPS, Pernambuco: PE**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24648/1/TCC%20-%20Christiane%2C%20K%C3%A1ssia%20e%20Natasha.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

VIECILI. L. **IBGE mapeia desastre no emprego feminino na fase inicial da pandemia.** 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/ibge-mapeia-desastre-no-emprego-feminino-na-fase-inicial-da-pandemia.shtml>. Acesso em: 10 de out. 2022.